

PENSAMENTO BUROCRÁTICO

Em memória de Maurício Tragtenberg

Pablo Ortellado

Uma nova geração de leitores não conhece mais o pensamento intelectual expresso com clareza. Nos jornais e nos livros, os intelectuais utilizam uma linguagem difícil, sempre na voz passiva, com orações indiretas, duplas negações, palavras incomuns e jargão técnico. É uma linguagem típica da universidade moderna que começou a difundir-se há algumas décadas e está invadindo todos os meios de expressão - uma linguagem que mimetiza a profundidade, a complexidade técnica e a objetividade, mas que mal esconde a impostura, a arrogância e, muitas vezes, a completa falta de sentido.

1. A dominação das palavras

Gostaria de chamar essa forma de escrever e de pensar, de pensamento burocrático, entendendo burocracia como a autonomização dos processos intermediários e a transformação dos meios em fins (Tragtenberg, 1974). Chamo de burocrático o pensamento que se expressa numa linguagem artificialmente complexa que simula profundidade e rigor técnico e que é resultado direto da burocratização da universidade e da estrutura de classes da sociedade atual.

Há quase sessenta anos, o escritor George Orwell ofereceu um diagnóstico semelhante para o discurso político do seu tempo num artigo clássico sobre "A política e a língua inglesa" (Orwell, 1975). Neste artigo, Orwell observava que o discurso político estava completamente viciado por construções truncadas que serviam apenas como obstáculos para a clara expressão do pensamento. Ao invés de escrever sentenças breves, simples e claras, os escritores estavam utilizando uma quantidade enorme de recursos desnecessários como jargão técnico, palavras difíceis e de uso incomum, orações indiretas e na voz passiva e chavões de todos os tipos. Essa disfuncionalidade do discurso se devia, para ele, a uma espécie de dominação do pensamento pelas palavras. As palavras tendiam a se encadear segundo o hábito e se o pensamento não resistisse a essa tendência, terminava sucumbindo à sua lógica arbitrária. Segundo Orwell, era "preciso deixar o significado escolher a palavra e não o contrário. Na prosa, o pior que se pode fazer com as palavras é render-se a elas."

O argumento de Orwell era que o chavão, o jargão, a expressão consagrada e recursos linguísticos afins começam servindo como muletas que auxiliam a escrita, mas terminam por converter-se em verdadeiras âncoras que impedem o desenvolvimento do pensamento. Era como se o ato de pensar, que deveria orientar a escrita, fosse subvertido e passasse a obedecer à lógica consagrada das palavras. Isso fazia o pensamento não apenas perder a clareza, como, no limite, o seu sentido. Os escritores não seguiam mais o encadeamento da reflexão, mas se deixavam levar pelo encadeamento habitual das palavras. Com isso, havia não apenas uma degradação do estilo da prosa política como uma degradação do próprio pensamento.

Orwell notou essa degradação no discurso político, mas poderíamos, hoje, com mais propriedade, identificar essa burocratização no discurso acadêmico, cada vez mais hegemônico. A expansão do sistema universitário e a consolidação do seu papel de instituição formadora e legitimadora dos saberes foi acompanhada pela expansão do seu jeito próprio de falar. Essa linguagem acadêmica, antes restrita aos relatórios, artigos técnicos e teses, começa agora a invadir todos os meios de expressão, em especial, os jornais e os outros meios de comunicação. Embora pudéssemos esperar que a expansão do discurso acadêmico para fora dos muros da universidade levasse a um crescente esclarecimento da população, notamos exatamente o processo contrário: a expansão de um discurso vazio, obscuro e superficialmente sofisticado - um discurso burocrático.

2. A corrupção do pensamento

Havia definido a burocracia como a autonomização dos processos intermediários e a transformação dos meios em fins. Mas a burocracia é mais do que uma espécie de efeito colateral da complexificação social e da superespecialização - a burocracia dá origem a uma dominação burocrática. Chamo de dominação burocrática o processo pelo qual aqueles que dominam os meios burocráticos fazem uso - de maneira mais ou menos consciente - desta posição estratégica para exercer domínio.

Assim como o estado e as empresas, a universidade também passou por um processo de burocratização. A universidade moderna surgiu com uma finalidade definida declarada - o ensino dos conhecimentos profissionais e a pesquisa científica - e hoje se ocupa fundamentalmente dos meios que deveriam levar a essa finalidade. A burocratização leva, por um lado, a substituir a pesquisa científica pela redação de artigos e teses e a substituir o aprendizado pela aquisição de boas notas. Por outro lado, ela permite que as pessoas que controlam esse meio burocrático utilizem a sua posição privilegiada de detentores legítimos do saber para dominar os leigos.

Uma sociedade viciada pela lógica burocrática pode achar que escritos técnicos e pesquisa científica, boas notas e aprendizado são a mesma coisa. Mas enquanto um é apenas meio de aferição, o outro é a finalidade que realmente conta. Quando criamos um sistema burocrático para medir a produção científica, o objetivo era medir, fiscalizar e estimular a pesquisa. Mas o resultado, em grande medida, foi o estímulo à satisfação dos critérios de aferição. Assim, a universidade produz *papers*, artigos e teses cada vez mais vazios e cada vez em maior número, porque o que conta são os critérios de aferição e não a pesquisa em si. Hábitos como uma mesma idéia desdobrada em inúmeros artigos e livros, uma escrita prolixa acobertando poucas idéias, idéias simples envolvidas numa linguagem obscura para dar a impressão de complexidade, citações de amigos que serão retribuídas com citações pelos amigos e práticas semelhantes têm transformado o conhecimento universitário numa caricatura de frivolidade, superficialidade e arrogância vazia. Essa tendência que ameaça tornar-se dominante até nas melhores universidades, não se deve a uma corrupção das pessoas que animam a vida acadêmica - ela faz parte da própria lógica burocrática. A produção da universidade é cada vez mais irrelevante, prolixa e desnecessariamente obscura e como ela ocupa um papel de difusora e legitimadora do conhecimento, ela está transmitindo a sua corrupção do pensamento para toda a sociedade.

3. A classe média profissional

Esse amálgama de poder e burocracia que chamamos de dominação burocrática está nas origens da universidade moderna. A universidade moderna, que é aquela dividida entre a pesquisa científica e a formação profissional (que inclui a formação do cientista), nasceu do vínculo com associações profissionais que haviam sistematizado o conhecimento requerido por cada profissão e colocado na clandestinidade as práticas amadoras. Foi assim que as sociedades médicas codificaram as práticas médicas científicas e puseram na ilegalidade as parteiras e a medicina fitoterápica e as associações de advogados sistematizaram e aprimoraram o processo de formação (que já existia) e impediram que as pessoas comuns advogassem. Como contrapartida dessa exclusão, as associações prometiam uma formação sólida e rigorosa que deveria resultar em profissionais mais capacitados que ofereceriam à sociedade um trabalho mais eficiente e de melhor qualidade.

Embora a universidade tenha nascido na idade média diretamente ligada à formação profissional em teologia, direito e medicina, ela se consolidou no início dos tempos modernos com uma orientação científica relativamente desinteressada e universalista. Assim, quando as modernas profissões se insinuaram dentro da universidade moderna, elas foram recebidas pelos acadêmicos com desdém. Em 1919, Thorstein Veblen criticava, da perspectiva do acadêmico clássico, a inclusão das escolas profissionais na estrutura da universidade, desde o terceiro quartel do século XIX. "Em seus objetivos, métodos e resultados", dizia Veblen, "estas escolas [profissionais] são estranhas à educação superior. [...] Sua inclusão formal [na estrutura universitária] não exclui a discrepância substancial entre o seu propósito, trabalho e ânimo e aqueles que são próprios da universidade - serve apenas para desviar a orientação de cada uma; deixa solto tanto a busca do conhecimento,

como o trabalho de preparação para as profissões, confundidos na ilusão de que são, de alguma forma recôndita, variantes paralelas de uma única linha de trabalho.” (Veblen, 1918, pp. 26–27)

Apesar das resistências desses acadêmicos, as carreiras profissionais terminaram se impondo e se transformaram no próprio alicerce da nova universidade. Esse processo de institucionalização das profissões, que está na origem social da moderna classe média, foi um processo de monopolização do saber e do uso dele para uma apropriação privilegiada da riqueza social. As profissões, que foram forjadas e consolidadas no período amplo que vai dos anos 1880 até os anos 1950, criaram bolsões de saberes exclusivos que só podiam ser legitimamente apreendidos por meio das carreiras universitárias e que davam acesso a funções baseadas no saber e rendimentos muito acima da média social. No início, esse caráter monopolista das profissões era tão evidente que eram comuns críticas com as de Bernard Shaw, em 1906, que acreditava que todas as profissões eram uma espécie de “conspiração contra os leigos”, que impedia o acesso aos conhecimentos e que usava esse monopólio para a dominação.

Do ponto de vista da teoria social crítica, foi a partir dos anos 1880, mais ou menos, que o esquema tradicional marxista que previa uma polarização entre capitalistas e trabalhadores foi abalado pela percepção dessa camada intermediária que crescia e se consolidava. Essa constatação aparece claramente nos escritos dos marxistas da segunda internacional, como Kautsky, Lênin e Bernstein. Em 1888, Kautsky notava, no *Programa de Erfurt*, que “a medida do conhecimento [necessário à indústria] tem aumentado enormemente e continua crescendo diariamente.” E, dessa maneira, “a sociedade capitalista e o estado capitalista precisam cada vez mais de homens de conhecimento e habilidades para conduzir seus negócios, de forma a submeter as forças da natureza ao seu poder. [...] Na sociedade moderna não são mais, como em ordens sociais passadas, os próprios exploradores, ou uma classe deles, que incentivam as artes e as ciências. Os exploradores de hoje, nossa classe dominante, deixam essas buscas para uma classe especial que eles mantêm sob contrato.” Apesar de constatar a expansão dessa classe, Kautsky achava que esses sábios empregados pelo capital estavam fadados à proletarização. Se, por um lado, “o número de pessoas educadas tem aumentado enormemente”, por outro, como não há tanta procura para o seu tipo de serviço, elas tendem a longo prazo a se proletarizar e, por isso, passariam de uma “aristocracia do espírito” para um “proletariado educado” (Kautsky, 1910).

Pouco a pouco, no entanto, foi ficando claro que essa camada não tendia nem a se proletarizar, nem a enriquecer, se dissolvendo na classe trabalhadora ou na capitalista. Parecia mesmo que essa classe passava a assumir uma função estrutural na produção e nos serviços no capitalismo moderno. Essa nova classe era composta pelos gestores do sistema produtivo e de serviços e pelos profissionais liberais que estavam sendo assimilados pelas empresas e pelo estado. Eles se especializavam em funções que dependiam do saber monopolizado e subjugavam os trabalhadores em tarefas subordinadas de execução - divisão desigual das tarefas que tinha como contrapartida uma distribuição desigual da riqueza.

Recebendo benefícios em poder e dinheiro, os profissionais se voltaram para a consolidação da universidade como mecanismo de reprodução social de classe, o que garantia aos seus herdeiros a manutenção desta posição privilegiada. A universidade não era apenas a instituição formadora da excelência profissional, ela era também, e fundamentalmente, a instituição que assegurava um padrão de vida privilegiado para os seus ex-alunos. Foi dessa maneira que o objetivo declarado de melhorar a qualidade das práticas terminou subordinado, em grande medida, à manutenção do monopólio do saber e dos privilégios decorrentes.

Num importante livro sobre a história desta nova classe social (Ehrenreich, 1994), Barbara Ehrenreich mostra como ela construiu para si esses mecanismos de poder e privilégio e dando-se o nome de “média” mistificou-se como uma camada intermediária e equilibrada. Por um lado, ela não teria o poder extravagante dos proprietários, nem a subordinação humilhante dos trabalhadores; por outro, não teria a perdulária riqueza dos ricos, nem a miséria indolente dos pobres. Era como se na hipótese da riqueza e do poder serem igualmente distribuídos, a sociedade passasse a ser composta

unicamente por arquitetos, psicólogos e engenheiros. Qualquer reflexão mais detida sobre o verdadeiro nível da riqueza social acumulada, no entanto, mostrava que uma divisão justa da riqueza empobreceria a classe média, assim como uma divisão justa do poder no trabalho não permitiria jamais que pessoas se dedicassem exclusivamente a desenhar casas, atender pacientes ou gerir processos produtivos.

Pode parecer anacrônico falar de uma classe média profissional cuja formação está ligada a um processo de dominação burocrática quando vivemos justamente um período de aparente "desburocratização" marcado pela terceirização e a flexibilização das relações de emprego. Mas o processo de terceirização e flexibilização está apenas reorientando o trabalho dos profissionais e precarizando as suas relações de emprego. Eles não são mais funcionários das empresas, mas consultores contratados, não são mais funcionários do estado, mas executores de políticas públicas em ONGs. Quanto a divisão e a organização do trabalho, a despeito de toda inovação nos últimos anos, o seu papel de especialista permanece intocado. Eles agora se reúnem em equipes, mas os engenheiros em equipes de engenheiros e os operários em equipes de operários - e mesmo quando trabalhadores e profissionais de classe média estão numa mesma equipe e organizam o trabalho conjuntamente, os advogados ainda advogam e as secretárias atendem o telefone.

A grande maré de desemprego e redução dos rendimentos dos trabalhadores que acompanhou o processo de renovação pós-fordista parece até mesmo trazer benefícios para os profissionais enquanto classe - ainda que, individualmente, alguns possam perder postos de trabalho. Quanto mais se agrava a situação social, mais necessários são os especialistas profissionais, os professores, os advogados, os médicos e os assistentes sociais para atender a carência dos desfavorecidos. No mundo profissional é impossível ajudar o pobre sem ajudar a classe média.

4. A responsabilidade dos intelectuais

Se as modernas profissões criaram monopólios do saber e da aplicação legítima do saber, os intelectuais podem ser definidos sociologicamente como os profissionais do ensino superior e da pesquisa científica - os detentores por excelência do saber legítimo. Eles são especialistas que tentam realizar conjuntamente as tarefas de ensino profissional e investigação científica que Thorstein Veblen julgava incompatíveis.

Mas o termo "intelectual" está também ligado a duas tradições históricas que remetem a uma outra função: a do intelectual público. A primeira dessas tradições é aquela que nasce com o caso Dreyfus. O caso não é de maneira alguma a primeira intervenção dos intelectuais na vida pública. Cem anos antes do processo contra o capitão Dreyfus, Voltaire, nos anos 1770, já havia intervindo publicamente em defesa do comerciante Jean Calas, acusado de matar o próprio filho por motivos religiosos. Mas o caso Dreyfus diferiu do caso Calas, porque ao contrário da ação de Voltaire, a de Émile Zola estava acompanhada de toda uma geração de intelectuais. Quando o capitão Albert Dreyfus foi acusado de espionagem e traição à pátria num processo claramente marcado pelo antisemitismo, não apenas Zola escreveu o seu célebre artigo "J'Accuse!" acusando de fraude os autores do processo, como, no mesmo ano de 1898, centenas de intelectuais, entre eles Anatole France e Claude Monet, assinaram uma petição protestando contra a condenação. Eles inauguraram assim uma tradição que via o intelectual como uma espécie de interventor que agia como a consciência moral da nação em momentos de crise. Zola via o seu papel de intelectual como o de um "ilustrado" que se colocava acima das pressões sociais e falava "em nome da humanidade". Era um ator comprometido com os valores superiores, que arriscava a sua liberdade e utilizava o seu prestígio para "apressar a explosão da verdade e da justiça", dando voz "ao grito que vem da [sua] alma".

A segunda grande tradição de intelectuais públicos é aquela que vem da *intelligentsia* russa do final do século XIX. Nesse período, um grande movimento de estudantes universitários e letrados colocou-se ativamente contra o regime vigente e alimentou um programa político de "ida ao povo" buscando a libertação do jugo czarista. Ao contrário da tradição francesa na qual os intelectuais

apareciam na cena pública no papel de intelectuais, na Rússia, os *intelligenti* apareciam diretamente como atores políticos - freqüentemente como revolucionários. Talvez o mais famoso modelo de ação da *intelligentsia* no período tenha sido o da personagem Vera Palovna no romance *Que fazer?* de Chernichevski (que gerou uma réplica de Dostoievski, as *Memórias do subsolo* e inspirou a obra homônima de Lênin). Neste romance que influenciou toda uma geração, Vera Palovna freqüenta círculos de radicais esclarecidos e se engaja ativamente na organização de uma cooperativa na qual ilustra as trabalhadoras com o conhecimento técnico industrial e as idéias progressistas da Europa ocidental. Inspirados ou não pelo romance de Chernichevski, estudantes e letrados russos durante a segunda metade do século XIX formaram grupos políticos radicais, animaram jornais dissidentes e, por essas atividades, foram condenados a seguidos exílios na Sibéria. Na Rússia czarista, dos anos 1860 em diante, ser *intelligenti* era sinônimo de alguma educação superior e oposição política ao regime.

Embora partindo de contextos diferentes e desempenhando papéis diferentes, o compromisso público da *intelligentsia* russa coincidia com aquele da intelectualidade francesa inaugurada pelo caso Dreyfus. Em ambos os casos tratava-se de fazer uso do conhecimento adquirido em benefício da coletividade. E esse compromisso contrastava com a função social que os intelectuais passavam a desempenhar no mesmo momento. Os intelectuais modernos podiam ser assim descritos sob duas perspectivas: socialmente, eles eram os monopolizadores do saber denunciados por Bernard Shaw; politicamente, podiam ser os defensores dos interesses públicos. Em geral, foi a função social que prevaleceu.

Como em outras áreas, a profissionalização foi introduzida no ensino superior e na pesquisa científica com o objetivo declarado de melhorar a eficiência e a qualidade das práticas. Para tomar um exemplo conhecido, foi com esse tipo de justificativa que se criou, nos anos 1930, uma universidade moderna no Brasil: a Universidade de São Paulo. O objetivo da oligarquia que idealizou essa instituição era fomentar uma produção científica e letrada consistente que saísse dos zigue-zagues do ensaísmo e dos impasses da ciência eventual. Pouco a pouco, o projeto de modernização profissional que pôs fim ao ensaísmo amador e consolidou a pesquisa técnica, também corroe o sentido da produção intelectual. Ele tirou a legitimidade dos grupos de estudo de autodidatas, como o que, ainda nos anos 1950, conseguia reunir na biblioteca municipal Mário de Andrade artistas e letrados não profissionais para discutir os clássicos do pensamento. Ele também gerou uma reorientação da produção literária que substituiu os livros de análise do Brasil voltados para o grande público por estudos técnicos cada vez mais reduzidos em escopo e escritos para os pares. Se nos anos 1930, Sérgio Buarque de Holanda podia escrever e divulgar um livro como *Raças do Brasil*, depois da universidade moderna, esse tipo de escrito com ambições totalizantes e espírito especulativo passou a ser uma vergonha, ensaísmo amador. Numa primeira fase da universidade, houve ainda uma ligação entre essa orientação para o público amplo e os métodos mais rigorosos da ciência profissional e, assim, Antônio Cândido pode fazer *Literatura e sociedade* e Aziz Simão, *Sindicato e estado*. No entanto, os trabalhos das gerações posteriores, mesmo aqueles de incontestável valor social, foram completamente comprometidos com a linguagem esotérica e a destinação para os pares.

A esse processo universal de burocratização da vida universitária, somou-se, na experiência brasileira, a ausência de uma tradição sólida de intelectuais públicos. Se é verdade que já nos tempos do Império tivemos um intelectual como Joaquim Nabuco, que traiu a sua classe e a sua raça para tomar o partido dos escravos, nossa tradição intelectual parece muito mais marcada pelo percurso de um dândi fora do lugar como João do Rio, que Antonio Candido chamou de "radical de ocasião".

Nabuco inaugurou no Brasil a tradição de intervenção ilustrada na qual o intelectual, sentindo-se aviltado pela opressão, assume o compromisso de defender os interesses coletivos que se confundem com os seus próprios. Num trecho clássico de *O abolicionismo*, Joaquim Nabuco argumenta que "o mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato a que não se pode renunciar. Nesse

sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são os escravos e os ingênuos [filhos dos escravos]. Os motivos pelos quais essa procuração tácita impõem-nos uma obrigação irrenunciável não são puramente - para muitos não são mesmo principalmente - motivos de humanidade, compaixão e defesa generosa do fraco e do oprimido. [...] Aceitamos esse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo o país e no nosso próprio interesse.” (Nabuco, 2000, pp. 13-15)

Apesar do exemplo de Nabuco, o Brasil parece ter sido mais marcado pelo tipo de “homem sem qualquer compromisso com a revolução, que freqüentemente até é contra ela, e no entanto em algum período ou apenas em algum instante da vida fez alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido.” Esse é o radical de ocasião, do qual João do Rio, o esnobe escritor carioca que imitava a “perversidade elegante” de Oscar Wilde é o grande exemplo. Pois esse esteta afetado se mostrou em suas primeiras obras “um inesperado observador da miséria, podendo a seus momentos denunciar a sociedade com um senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e do anarquismo”(Candido, 1980, pp. 77 e 82).

Foi apenas nos anos 1960 e 1970 que o Brasil viu uma geração inteira de intelectuais assumir um compromisso público verdadeiro. No contexto do combate à ditadura, pela via armada ou pacífica, essa geração de intelectuais e letrados colocou-se na oposição ativa ao regime, num momento em que qualquer ato de dissidência colocava a vida em risco. Passando por todo tipo de percalços, essa geração finalmente chegou ao poder nos anos 1990. Uma vez no poder o que se viu foram os seus antigos ideais de transformação social radical transmutados na “política do possível”. Poderia a burocratização da universidade, que correu paralela a esse processo, ter contribuído para este triste desfecho?

A burocratização da universidade, assim como a burocratização das empresas e do estado, não é apenas uma disfuncionalidade. Ela é também uma dominação burocrática na qual aqueles que detêm os meios para implementar os fins usam da sua posição estratégica para dominar. É dessa forma que a prática do pensamento foi não apenas transformada em algo vazio e estéril, como também transformada num mecanismo de alienação e dominação.

A faculdade de pensar é uma das capacidades humanas mais fundamentais, ao ponto de ter sido considerada, desde a antiguidade, como a própria essência da humanidade. Na nossa sociedade burocrática, no entanto, o pensamento crítico, que produz a ciência, a política e a arte, tem sido cada vez mais confinado à prática profissional. Com a profissionalização do pensamento, essa capacidade não apenas foi subtraída ao público, como a contrapartida “profissional” dessa exclusão está sendo ela mesma erodida. Não apenas as pessoas sentem que não podem mais pensar, como aquilo que lhes é oferecido em troca pelos profissionais é cada vez mais pobre. Em tal cenário, os intelectuais têm a responsabilidade moral de refletir sobre o seu próprio papel na estrutura social e transformá-la.

Foi exatamente essa a decisão que o professor do MIT Noam Chomsky tomou em meados dos anos 1960, quando trocou as honrarias acadêmicas como cientista no campo da linguística pelo papel de dissidente político. Ele passou então a utilizar os privilégios conferidos àqueles homens que podem se dedicar integralmente ao pensamento para resgatar conhecimentos que tinham sido expropriados do público em nome da eficiência profissional e a promover a reflexão sobre esses saberes junto aos movimentos sociais.

Em dois célebres ensaios em seu primeiro livro fora do âmbito da linguística (Chomsky, 1969a e 1969b), Chomsky argumenta que o privilégio e o poder advindo da profissionalização e das ligações

com o poder do estado corrompem a integridade moral do intelectual e estão transformando o discurso intelectual em apoio técnico à dominação do estado e em expropriação da capacidade de reflexão do público. A combinação de uma tecnicização do pensamento com a assimilação desses intelectuais aos quadros da administração do estado têm levado o pensamento a reduzir-se a "técnicas de manipulação e controle" que se impõem à sociedade com base na "intimidação da especialização técnica".

Nesse processo de tecnização e profissionalização temos uma redução do espectro do discurso legítimo. Toda reflexão baseada em valores como a moralidade e a justiça passam a ser desqualificadas como não científicas e todo o discurso legítimo passa ser aquele que não discute os fins, mas apenas a adequação técnica dos meios de dominação. Toda discussão substantiva de princípios e fins é desqualificada pelo discurso burocrático como "ideologia" ou "demagogia" - como um discurso não sério e não profissional. Assim, por exemplo, Chomsky mostra como no debate em torno da guerra do Vietnã era ilegítimo, nos meios acadêmicos, discutir a imoralidade da ação imperialista e como toda a crítica que quisesse ser aceita tinha que ficar restrita a questões técnicas sobre a redução do número de baixas americanas ou sobre a inadequação estratégica da intervenção militar.

Essa redução do espectro do discurso e a desqualificação do discurso "ideológico" e "demagógico" dos não profissionais e dos profissionais "não sérios" pressupõe, evidentemente, que o discurso profissional fosse justificado pela complexidade dos assuntos sociais e políticos. Mas essa complexidade é antes uma alegação que uma realidade. "Como deve ser evidente", observa Chomsky, "o culto aos especialistas é uma fraude e serve os próprios interesses daqueles que o propõem. Sem dúvida, deve-se aprender tanto quanto possível com as ciências sociais e comportamentais; esses campos devem ser investigados da forma mais séria. Mas seria infeliz e altamente perigoso se elas não fossem julgadas por seu mérito verdadeiro mas pelos resultados que alegam ter. [...] Para qualquer um que tenha familiaridade com as ciências sociais ou comportamentais (ou com as 'ciências políticas'), a alegação de que [em assuntos sociais e políticos] existem certas considerações e princípios profundos demais para o não-iniciado é simplesmente um absurdo que nem merece comentário." (Chomsky, 1969b, p. 275)

Embora os temas no campo social e político estejam, em princípio, ao alcance de qualquer cidadão, a estrutura profissional universitária que monopoliza o saber e o esvazia de conteúdos substantivos, tem, por sua própria ação, tornado esses assuntos obscuros. Ao fortalecer a crença de que os assuntos sociais e políticos são muito complexos e que a sua compreensão adequada exige uma formação profissional e muitos anos de estudo, nossas instituições terminam por concretizar a própria profecia. Assim, os temas apresentados nos jornais ou nas discussões acadêmicas são cada vez mais despidos das questões substantivas, concentrados em questões obtusas de meios e envolvidos num jargão técnico completamente dispensável, de forma que o cidadão interessado nesses assuntos precisa se envolver num verdadeiro projeto de pesquisa para se inteirar dos fatos e poder emitir uma opinião fundamentada.

É precisamente nesse cenário de monopolização e dominação burocrática que o intelectual comprometido com o público tem uma responsabilidade - responsabilidade que é proporcional à sua situação privilegiada. "Os intelectuais", observa Chomsky, "estão numa posição que lhes permite expor as mentiras dos governos e analisar as ações de acordo com as suas causas, motivos e intenções ocultas. Pelo menos no mundo ocidental, eles têm o poder que vem da liberdade política, do acesso à informação e da liberdade de expressão. Para uma minoria privilegiada, a democracia ocidental proporciona o ócio, as facilidades e o treinamento necessário para buscar a verdade sob o véu de distorção e equívoco, ideologia e interesse de classe, por meio dos quais a história atual nos é apresentada. As responsabilidades dos intelectuais são, então, muito maiores das que as 'responsabilidades do povo' [...] uma vez que os intelectuais desfrutaram de privilégios únicos." (Chomsky, 1969b, p. 256)

5. Nossa tarefa

Para uma nova geração de profissionais que recebeu como herança uma universidade contaminada pelo pensamento burocrático, a missão enunciada por Chomsky permanece atual e mais urgente do que nunca. Uma parcela desses jovens já não aceita mais jogar o jogo. Se a geração que a precedeu ainda pode acreditar na promessa civilizatória da modernização profissional, a realidade burocrática da vida universitária hoje não permite mais ilusões. A escolha é entre a dissidência e o cinismo.

Para os dissidentes dessa nova geração, é preciso resgatar o sentido substantivo do discurso que está sendo corroído pelas abordagens técnicas que dominam a universidade e os meios de comunicação; é preciso evitar o jargão, o discurso prolixo e a teorização desnecessária que fazem o simples parecer complexo; é preciso fugir da especialização tecnicista que aliena o pensamento do público e lhe rouba a autonomia; é preciso, ao contrário, trabalhar para resgatar os saberes expropriados, investigando da maneira mais séria e apresentando os resultados da maneira mais clara; é preciso combater com todas as forças o discurso da autoridade técnica que fundamenta o monopólio do saber sobre assuntos sociais pelos especialistas; é preciso estar consciente dos privilégios e do seu papel na reprodução social; é preciso usar esta autoconsciência para apoiar de maneira estratégica os movimentos populares, com a pleno entendimento das contradições e impasses que essa condição privilegiada impõe no relacionamento com eles; é preciso sair da passividade conformista impulsionada pelo discurso burocrático que coloca os intelectuais na falsa posição neutra de discutir a adequação dos meios técnicos e retira deles a responsabilidade de discutir e atuar com respeito aos fins; é preciso, em resumo, traçar a própria classe.

REFERÊNCIAS

- Albert, Michael. **Parecon: life after capitalism**. London, Verso, 2003.
- Candido, Antonio "Radicais de ocasião" In: **Teresina etc.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- Chomsky, Noam. "Objectivity and liberal scholarship". In: **American Power and the New Mandarins**. Harmondsworth, Penguin, 1969a, pp. 23-129.
- _____. "The responsibility of intellectuals". In: **American Power and the New Mandarins**. Harmondsworth, Penguin, 1969b, 256-290.
- Ehrenreich, Barbara. **O medo da queda: ascensão e crise da classe média**. São Paulo, Scritta, 1994.
- Illich, Ivan. **O direito ao desemprego criador: a decadência da idade profissional**. Rio de Janeiro, Alhambra, 1979.
- Kautsky, Karl. **The Class Struggle (Erfurt Program)**. Chicago, Charles H. Kerr, 1910.
- Nabuco, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- Orwell, George. "Politics and the English Language" In: **Collected Essays**. Londres, Secker & Warburg, 1975.
- Tragtenberg, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo, Ática, 1974.
- _____. "A delinquência acadêmica" In: **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo, Cortez, 1982, pp. 11-17.
- _____. "Memorial". **Educação & Sociedade**, n.º 65, dez. 1998, Campinas, pp. 07-20.
- Veblen, Thorstein. **The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of University by Business Men**. Nova Iorque, B. W. Huebsch, 1918.
- Zola, Émile. **J'Accuse**. Paris, Fasquelle, 1957.

Pablo Ortellado possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Políticas Públicas, com ênfase em Políticas para acesso a informação, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedade intelectual, movimentos sociais, teoria política, comunicação. [paort@uol.com.br]